



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Perpétua Almeida

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

REQUERIMENTO Nº / 2008
(Da Sra. Perpétua Almeida)

Requer que seja agendada visita de membros desta Comissão à Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro à V. Exa. e ao plenário desta Comissão, que membros deste colegiado efetuem visita à Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, objetivando esclarecimento à respeito das ações que visem a regularização fundiária da Amazônia.

JUSTIFICATIVA

O seminário internacional "O Desafio da Regularização Fundiária na Amazônia", realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e o Banco Mundial (Bird)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputada Perpétua Almeida

reuniu especialistas, autoridades e representantes de entidades da sociedade civil para discutir temas como a definição do tamanho das glebas de terra que seriam regularizadas na Amazônia.

Segundo o consenso entre governo, ong's e iniciativa privada, sem a regularização, titulação e ordenamento fundiário, a região jamais estará preparada para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e os problemas que a afligem persistirão.

Ong's como Amigos da Terra e Imazon participaram do evento aberto pela Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Roussef, que admitiu ser de grande esforço o desafio para a regularização fundiária na região.

O ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, expôs novamente as ações de fundo do Plano Amazônia Sustentável e defendeu a criação de órgão ou agência especial pelo governo federal para acelerar a regularização fundiária na região.

Fizeram-se presentes os presidentes do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, e do presidente do Congresso Nacional Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), deputados federais e senadores.

As entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) realizam ato público em frente ao local do evento, protestando sobre o atual modelo de ocupação da Amazônia que. Segundo os manifestantes o modelo é excludente, estimula a grilagem, o desmatamento e se utiliza do trabalho escravo em plantios de grãos e criação de gado extensiva, sendo os principais responsáveis pelo desmatamento ilegal no Bioma Amazônia.

Segundo o Ministro Mangabeira Unger, o governo planeja para a regularização fundiária da Amazônia - onde apenas 4% das





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputada Perpétua Almeida

terras em mãos de particulares são legais - a doação de lotes de até 400 hectares aos atuais ocupantes.

De acordo com informações de Mangabeira, as propriedades de 401 a 1,5 mil hectares terão as medidas de regularização aceleradas, acabando com a burocracia hoje existente; de 1,501 mil a 2,5 mil hectares, cuja venda depende de licitação, o governo vai procurar um jeito de tornar as regras mais ágeis; e, de 2,501 mil hectares para cima, abrirá caminho para a retomada, pela União, da terra grilada por fazendeiros e empresas.

O ministro informou ainda que a União deverá repassar aos municípios as terras onde foram construídas cidades e que hoje estão irregulares. "É uma situação absurda, pois dezenas de municípios nasceram em cima de terras da União e os lotes deles são ilegais", disse Mangabeira.

A tarefa está dividindo o próprio governo federal, a partir da proposta de criação de um órgão para coordenar a regularização fundiária na Amazônia.

A divisão ficou clara com a reação contrária do Incra, que terá suas funções esvaziadas caso a agência executiva ou uma autarquia semelhante ao Inmetro sejam implementados.

Segundo o Jornal Correio Brasiliense, o presidente do Incra, Rolf Hackbart declarou que este órgão não é necessário, pois o instituto tem avançado nas suas ações. Ele afirma que a proposta de criação de um novo órgão, em nome da criação de um polo de desenvolvimento sustentável, resultaria na distribuição de terras num modelo exclusivamente capitalista e sem critérios de avaliação de quem ocupa atualmente as terras ou do impacto ambiental.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Perpétua Almeida

Sala das Comissões, de de
2008.

PERPÉTUA ALMEIDA
DEPUTADA FEDERAL PCdoB/AC



BC7D1EA817